

Nem poupança interna nem dinheiro de fora. Então, como crescer?

Raul Schmidt (*)



Com certa regularidade, empresários brasileiros são perguntados sobre suas impressões a respeito do contexto econômico nacional e sobre as perspectivas de novos investimentos. Existe aparentemente consciência sobre o fato de os investidores nacionais serem um dos pontos neurálgicos — uma espécie de termômetro — para sentir se o País se encontra no rumo do crescimento econômico ou em retrocesso, a partir de sua maior ou menor disposição para investimentos. Outro termômetro são os níveis de poupança interna, já tradicionalmente aquém do normal, e os de aporte de capitais externos.

Não se pode esquecer o fato de o Brasil, com seus quase 3% de acréscimo demográfico por ano, com suas cidades em crescimento explosivo e com uma demanda anual de novos empregos quase da ordem de 2 milhões, requerer investimentos maciços, mormente na indústria e no comércio. Investimentos, por sua vez, requerem duas condições fundamentais: poupança e estabilidade. Dessas duas condições, o Brasil está-se vendo cada vez mais privado nos últimos anos.

O nível de poupança interna, que até por um traço cultural nunca foi dos mais elevados no Brasil, vem-se mantendo abaixo do desejável para um país das proporções do nosso. A grande carga de impostos, que de certa forma poderia ser encarada como uma poupança compulsória, não o é porque a maior parte do que se arrecada serve para cobrir gastos correntes do aparato estatal. A grande demanda interna de poupança para investimentos, somada à natural demanda financeira corrente e ao controle de liquidez imposto pelo governo, redundam nos elevados e inibidores custos do dinheiro, já de há

muito conhecidos dos empresários.

Isso deixa o Brasil, com sua compulsão desenvolvimentista, à mercê da poupança externa. A alternativa evidente é a de um crescimento mais lento, condicionado ao que o País conseguisse produzir em termos de poupança. Como o crescimento demográfico e urbano no Brasil é um fato aparentemente imutável, acompanhado do agravante de se acentuar nos segmentos sociais menos favorecidos, esta alternativa acarretaria riscos políticos no mínimo desconfortáveis.

Nos anos 70, no eufórico período de crescimento econômico, o Brasil chegou a virar uma espécie de Mecca do investimento externo, com afluxo maciço de capital de risco e de crédito. Países como a Alemanha Federal chegaram a ter no Brasil um destinatário de aplicações, privilegiado com cerca de 30% dos investimentos externos

daquele país (hoje, este índice mal chega a 6%). O Brasil era visto como um manancial de potencialidades, tanto no sentido mercadológico quanto no de recursos naturais e humanos. Além disso, o Brasil preenchia a outra condição — estabilidade econômica e política — muito apreciada pelos investidores estrangeiros.

A abertura ao capital e às empresas estrangeiras naturalmente acarretou uma explosão política no sentido de ameaça à soberania do País. Muito além da desejável defesa de interesses nacionais, notadamente por parte das empresas brasileiras emergentes, essa explosão do tema político "soberania" quase sempre redundou em demagógica panacéia. Ainda hoje, quando o fluxo dos investimentos externos para o Brasil se inverteu drasticamente, alguns políticos querem ver o nosso país "ameaçado pela hegemonia econômica exter-

na". Isso equivaleria a professar nossa incapacidade de defender, via negociação, nossos próprios e legítimos interesses. Afinal, praticamente todos os países industrializados do mundo aceitam investimentos estrangeiros dentro de regras satisfatórias para os interessados e que visam à associação de interesses, sem que haja motivos para preocupações descaídas com sua soberania.

Enquanto isso, não mais fizemos nos últimos tempos do que reduzir e afugentar os aportes externos de capital. Afugentar, aliás, é a palavra adequada que atingiu não só os investimentos externos mas também muitos dos que já estavam tradicionalmente radicados no País. E o processo continua. O próprio chamado carro-chefe da economia, a indústria automobilística, que tantos e importantes investimentos trouxe ao Brasil, tem apresentado sinais ao menos preocupan-

tes nesse sentido. Ou a associação aqui de gigantes do setor, quando em outras plagas essencialmente competem, não está a indicar um reforço para melhor enfrentamento de riscos e instabilidade que tornam o mercado menos atraente?

A questão da soberania, na realidade, nos desvia de um tema muito mais significativo para a defesa de nossos interesses: a nossa credibilidade externa. Apenas seremos levados a sério em negociações que visam a interesses comuns se nos portarmos como parceiros confiáveis.

Tenhamos em mente que o Brasil está crescendo e precisa continuar a desenvolver-se. Isto é uma condicionante social e demográfica. A poupança interna precisa aumentar, inclusive por redução do pesado fardo tributário, acarretado pela brutal presença do Estado na economia. Enquanto isso não ocorre, continuamos a necessitar

da poupança externa, do comércio externo e, portanto, da confiança externa, o que requer credibilidade e estabilidade. Para tanto, é necessário libertar a economia do artificialismo estatal, assegurar a estabilidade política e tratar os parceiros externos com a mesma retidão com que gostaríamos de ser por eles tratados.

Esse será o caminho para conquistarmos a respeitabilidade de que necessitamos para negociações satisfatórias e uma parceria comercial à altura de uma participação de nível satisfatório na comunidade econômica mundial. Estaremos assim novamente num trilho sólido de crescimento e em condições muito melhores para fazer frente aos imensos desafios sociais, econômicos e culturais que a nossa realidade nos impõe.

(*) Diretor-presidente do grupo Tupy, baseado em Joinville (SC).